# DATA MERCANTIL

São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

**SÃO PAULO,** ***Terça-Feira****, 02 de dezembro de 2025* | *edição nº 1417*

**R$ 2,50**


## GOVERNO ANUNCIA REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS PÚBLICAS COM DESPESA ESTIMADA EM R$ 4,2 BILHÕES

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso um projeto de lei que reestrutura carreiras do serviço público em ministérios da Esplanada, com despesa estimada em R$ 4,2 bilhões em um ano -já prevista e incorporada nos gastos de pessoal do PLOA (Projeto da Lei Orçamentária Anual) enviado em agosto.

O projeto de lei reestrutura cargos do Ministério da Cultura, organiza a chamada carreira de suporte administrativo do poder Executivo e cria 8.600 cargos efetivos para as universidades federais, entre outras mudanças.

No total, a mudança atinge cerca de 200 mil servidoras e servidores de diferentes carreiras, entre pessoas ativas e aposentadas.

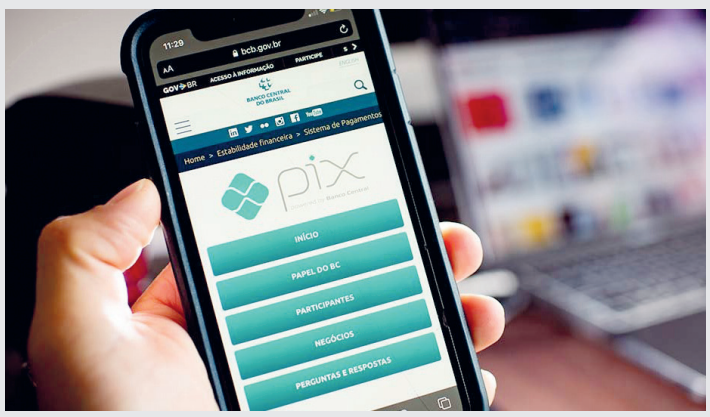
"A gente está racionalizando os cargos, eles tinham mais de 300 cargos diferentes, agora vai ser um, dois cargos, um de nível superior, um de nível médio, centralizados no Ministério da Cultura", afirmou a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck.

A carreira transversal de suporte (analista técnico do Poder Executivo) reúne diferentes cargos da administração federal. Nela, pode atuar em todos os ministérios. Essa carreira reunirá profissionais que hoje atuam em cargos como os de administrador, analista técnico-administrativo, arquivista, bibliotecário, contador, técnico em comunicação social, entre outros.

Com essa aglutinação, o governo mira um equilíbrio salarial entre esses cargos para tornar a carreira mais compatível com as demais do Executivo, aumentando a retenção desses profissionais. O PLOA 2026 projeta despesas primárias com pessoal de R$ 350,4 bilhões, incluindo pessoas servidoras civis e militares. As reestruturações consolidadas nas mudanças anunciadas nesta segunda alcançam cerca de 17% do total de pessoas ativas e aposentadas da administração federal e representam cerca de 1,2% da despesa total com gastos de pessoal previstas para o próximo ano, segundo o governo.

Folhapress

# DESTAQUES DO DIA




### Pix bate novo recorde e movimenta R$ 166 bi em dia de 13º e Black Friday

### Fatia 0,01% mais rica paga só 4,6% de Imposto de Renda, diz estudo da Fazenda

### Dólar sobe e fecha perto de R$ 5,36 com pressão de remessas

### Moraes retoma julgamentos do 8/1 e mantém embates com Fux sobre ataque

### Eduardo e Carlos reagem a críticas de Michelle ao apoio do PL a Ciro no CE

# NO MUNDO

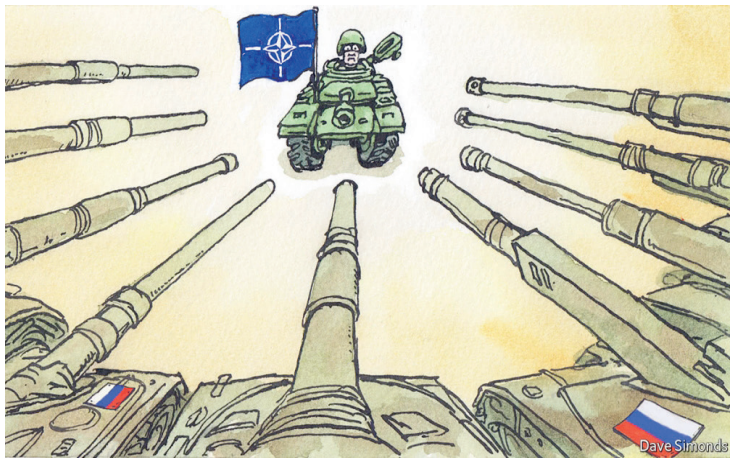
## Otan admite ataques preventivos contra guerra híbrida da Rússia

A tensão entre a Rússia e a Otan subiu mais um degrau nesta segunda-feira (1º), com o chefe do Comitê Militar da aliança ocidental sugerindo ataques preventivos para dissuadir Moscou de prosseguir com a chamada guerra híbrida contra a Europa.

"No ciberespaço, estamos reagindo. Estamos pensando em se mais agressivos ou proativos, em vez de reativos. Como a dissuasão é alcançada, por retaliação, ataque preventivo, isso é algo que temos de analisar profundamente", disse o almirante italiano Giuseppe Cavo Dragone ao jornal britânico Financial Times.

O comitê que ele lidera é o principal órgão de assessoramento militar da aliança, responsável por dar as diretrizes de ação do clube de 32 membros liderado pelos Estados Unidos.

Guerra híbrida é o nome dado a ações como sabotagem e ataques hacker, que por não serem diretas, podem ser negadas pelos adversários. Países europeus dizem que a Rússia está por trás de uma série desses atos no continente, como a explosão numa ferrovia polonesa na semana passada, o que o Kremlin descarta como russofobia e paranoia.




Com efeito, a chancelaria russa protestou contra a fala de Dragone. A chamou de "extremamente irresponsável" e escalatória, demonstrando um desejo de confronto.

Na semana passada, o presidente Vladimir Putin disse que a ideia de que Moscou queira atacar a Otan, o que poderia provocar a Terceira Guerra Mundial, era "ridícula". Para ele, os membros europeus da aliança estimulam a continuidade da Guerra da Ucrânia, iniciada pelo russo em 2022, para minar seu país.

Dragone citou a operação Sentinela Báltico, iniciada no começo deste ano, como um exemplo sobre como proatividade militar pode funcionar sem necessariamente levar a um conflito maior.

Igor Gielow/Folhapress

## Entendo que é perturbador, diz presidente de Israel sobre pedido de indulto de Netanyahu

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, compareceu a um tribunal nesta segunda-feira (1º) pela primeira vez desde que fez um pedido formal de indulto ao presidente do país, Isaac Herzog, em meio a um longo julgamento por corrupção.

Um pouco mais tarde, Herzog afirmou, em comunicado, que entende que o pedido de Netanyahu é perturbador para muitas pessoas e que a solicitação gera debates no país. Ele, porém, assegurou que "retórica violenta" não influencia suas decisões, e que vai considerar apenas o bem do Estado e da sociedade israelenses.

Na audiência nesta segunda, Netanyahu discutiu com a promotora do caso, Yehudit Tirosh, que afirmou que o premiê mentiu durante audiência anterior ao dizer que não havia dado entrevistas ao portal de notícias Walla, e que o site fazia cobertura hostil a ele, muito embora Netanyahu tenha dado entrevistas e compartilhado conteúdo do portal. "Você me acusa de dar falso testemunho. Você mentiu ao longo de todo esse processo", rebateu o primeiro-ministro.

O foco da promotora no site é parte do chamado caso 4.000, um dos três em que Netanyahu é acusado de suborno, fraude e quebra de confiança.

Neste processo, segundo a Promotoria, o premiê teria concedido benefícios regulatórios ao grupo Bezeq de telecomunicações em troca de cobertura positiva para ele e sua esposa, Sara o grupo era dono do site Walla até 2020, quando fechou acordo para vendê-lo. Netanyahu nega todas as acusações, assim como o antigo presidente do grupo de telecomunicações, Shaul Elovitch.

Folhapress

## Militarização da Alemanha muda balanço de poder na Europa

O rearmamento da Alemanha, um dos efeitos colaterais da invasão russa da Ucrânia, entrou em uma fase de aceleração que promete alterar o balanço de poder na Europa.

O Parlamento do país vai aprovar a reintrodução do serviço militar obrigatório em 2027 se o plano de atrair mais recrutas no ano que vem falhar. A meta é ter nos próximos anos Forças Armadas com 260 mil integrantes ativos ante os cerca de 180 mil atuais.

O aumento do gasto militar, iniciado com a criação de um fundo de 100 bilhões (R$ 620 bilhões hoje) quando Vladimir Putin lançou sua guerra em 2022, começa a ser sentido. Dona da maior economia da Europa, a Alemanha gastava só 1,19% do seu Produto Interno Bruto com defesa em 2015, quando os russos já haviam anexado a Crimeia.

No ano passado, Berlim chegou a 2,12% e, em 2029, deverá bater nos 3,5% o proposto pelo americano Donald Trump em defesa pura, mais 1,5% em infraestrutura relativa ao setor, para chegar na nova meta de 5% adotada pela aliança militar Otan em julho.

Isso dá, nas contas atuais, cerca de 150 bilhões (R$ 930 bilhões) para os militares, ante 80 bilhões (R$ 495 bilhões) que a França espera despender em 2029. Mesmo hoje os alemães já têm o quarto maior orçamento bélico do mundo, segundo o IISS (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, na sigla inglesa), de Londres.

A Alemanha fica atrás dos "cachorros grandes": EUA, China e Rússia. Mas o distanciamento da França altera um pilar do projeto continental do pós-guerra, quando associações culminaram na União Europeia.

Segundo um acordo não escrito, a detentora de armas nucleares Paris seria a potência militar dominante e Berlim, a econômica. Com isso, ficavam equacionadas as tensões que levaram os dois países à guerra três vezes de 1871 a 1939.

Igor Gielow/Folhapress

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

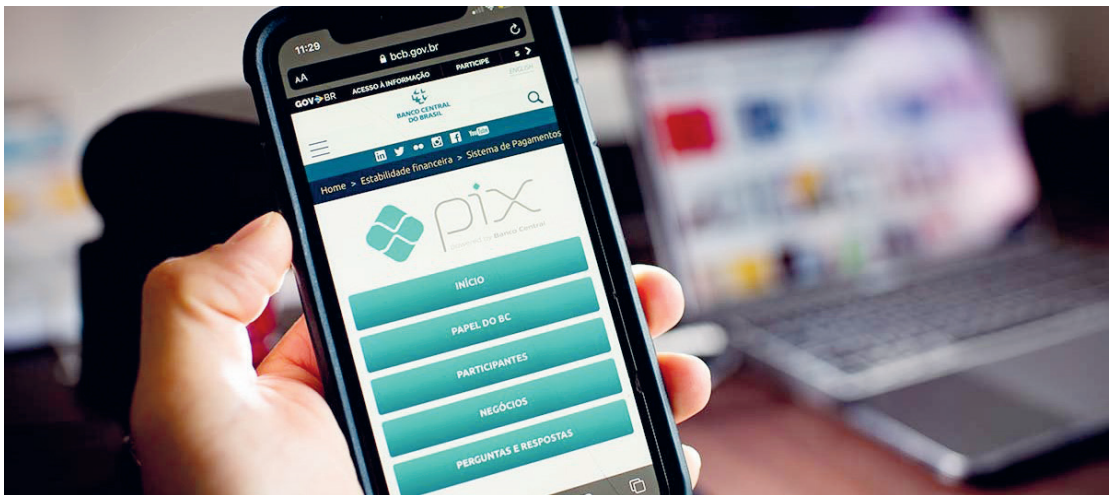
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.
---
Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

# ECONOMIA

## Pix bate novo recorde e movimenta R$ 166 bi em dia de 13º e Black Friday




O Pix movimentou volume diário recorde de R$ 166,2 bilhões na última sexta-feira (28), dia de pagamento da primeira parcela do 13° salário aos trabalhadores e de Black Friday, temporada de grandes descontos no comércio.

O número de transações também foi recorde: foram registradas 297,4 milhões de operações em um único dia pelo sistema de pagamentos instantâneos, segundo dados divulgados pelo Banco Central.

A legislação brasileira determina que a primeira parcela do 13º salário deve ser paga aos trabalhadores contratados pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a servidores públicos até o dia 30 de novembro. Como a data caiu em um domingo, o prazo para pagamento terminou na última sexta.

O recorde anterior era do dia 5 de setembro, quando foram realizadas 290 milhões de operações pelo Pix, movimentando R$ 164,8 bilhões."O resultado é mais uma demonstração da importância do Pix como infraestrutura digital pública, para o funcionamento da economia nacional", disse o BC em nota.

Em julho, o Pix entrou na lista de investigação comercial aberta pelo governo dos Estados Unidos, como uma possível prática desleal do país em relação a serviços de pagamentos eletrônicos. A inclusão do Pix como alvo do governo de Donald Trump provocou uma onda de apoio ao sistema por parte de integrantes do governo, políticos e do sistema bancário.

Após cinco anos de seu lançamento, o Pix se consolidou como principal meio de pagamento utilizado no país. A modalidade já reúne cerca de 162 milhões de brasileiros cadastrado, superando a população economicamente ativa (aproximadamente 110 milhões).

Ao longo do tempo, novas funcionalidades foram desenvolvidas, como Pix agendado, Pix por aproximação e Pix automático.

Nos últimos meses, a segurança do sistema de pagamentos tem ocupado um espaço central nas discussões após ataques hackers que provocara desvios milionários de recursos. Folhapress

## Mercado reduz previsão da inflação para 4,43% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,45% para 4,43% este ano. A estimativa foi publicada no boletim Focus desta segunda-feira (1º), divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Pela terceira semana seguida, a previsão foi reduzida, após a divulgação do resultado da inflação de outubro, a menor para o mês em quase 30 anos. Com isso, a estimativa alcançou o intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A redução na conta de luz puxou a inflação oficial para baixo e fez o IPCA fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação havia sido de 0,56%.

Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, ainda acima do teto da meta do CMN.

Andréia Verdélio/ABR

## Fatia 0,01% mais rica paga só 4,6% de Imposto de Renda, diz estudo da Fazenda

A fatia 0,01% mais rica da população brasileira pagou uma alíquota efetiva de Imposto de Renda de apenas 4,6% no exercício de 2023, segundo estudo do Ministério da Fazenda divulgado nesta segunda-feira (1º). O percentual é inferior ao aplicado a pessoas com ganhos menores e, segundo os autores, torna mais evidente a desigualdade na tributação por classes no país.

Os números são divulgados um dia depois de o presidente Lula (PT) dizer que as mudanças recentes na legislação do Imposto de Renda, que isentaram quem ganha até R$ 5.000 mensais, foram apenas um primeiro passo para mudar o quadro de concentração de renda no Brasil. Técnicos da pasta reforçam a necessidade de medidas sobre o assunto.

O levantamento, feito pela SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Fazenda, usou dados da Receita Federal para chegar à conclusão que a tributação efetiva média de Imposto de Renda cresce apenas até o centésimo 93 (isto é, a 93ª faixa mais rica dentre 100), com uma cobrança de 12%. A partir daí, o percentual cai drasticamente.

A fatia 0,01% mais rica paga praticamente a mesma alíquota efetiva de Imposto de Renda que aquela cobrada de quem se situa no centésimo 63. Estudos da pasta apontavam números ainda menores de pagamento, mas os técnicos afirmam que o levantamento atual passou por um mudança de metodologia que impede a comparação direta com os dados anteriores.

O menor pagamento entre os super-ricos é observado porque essa faixa da população usa instrumentos isentos para obter renda. O principal deles são os lucros e dividendos, que respondem por 34,9% da renda isenta no país. Outros tipos de rendimento (como LCIs e LCAs) representam 18,7%. Ganhos obtidos como sócio ou titular de microempresa ou como optante do Simples correspondem a 12,9%. Folhapress

# POLÍTICA

## Moraes retoma julgamentos do 8/1 e mantém embates com Fux sobre ataque

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, voltou a pautar julgamentos de acusados de participar dos ataques do 8 de Janeiro após a saída de Luiz Fux da Primeira Turma da corte.

O embate entre eles em torno do tema, no entanto, prossegue, com Fux pedindo vista, desde o fim de outubro, em todos os julgamentos no plenário do tribunal dos quais tem participado sobre a tentativa de golpe de Estado. Pedir vista significa ter mais tempo para estudar o caso.

As estratégias dos dois ministros mostram que, mesmo após a reconfiguração das turmas do Supremo, com uma nova correlação de forças na corte, os casos ligados à invasão das sedes dos Poderes seguem sendo ponto de controvérsia.

Moraes não pautava nenhum julgamento de processo ligado ao 8 de Janeiro desde o início do segundo semestre deste ano. Ele interrompeu o envio dos casos para análise dos demais ministros após Fux mudar de posição sobre a tentativa de golpe de Estado.

Durante mais de um ano, Fux votou em mais de uma centena de casos pela condenação daqueles que invadiram os Poderes ou que foram presos em flagrante acampados em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília.

Em março, o ministro pediu vista e interrompeu o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues, que pichou "perdeu, mané" na estátua "A Justiça" durante os ataques golpistas.

Fux anunciou que revisaria sua posição sobre os casos do 8 de Janeiro. Um mês depois, votou pela condenação de Débora a apenas 1 ano e 6 meses de prisão, em regime aberto, pelo crime de deterioração do patrimônio tombado.

Desde então, o ministro se tornou um contraponto a Moraes na Primeira Turma. Ele passou a pedir vistas de julgamentos em maio e interrompeu a análise de casos relacionados à trama golpista.

Folhapress

## Tarcísio homenageia Motta e Cláudio Castro em evento na sede da Rota

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), foram homenageados pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) nesta segunda-feira (1º) em solenidade que celebra os 134 anos do 1º Batalhão de Polícia de Choque Tobias de Aguiar, a Rota, em São Paulo.

Eles foram agraciados com a medalha do Centenário de Primeiro Batalhão de Choque, criada em 1991 para, segundo o texto legal, "personalidades, civis e militares, e instituições, públicas e privadas, que tenham contribuído para o maior brilho do Batalhão ou, de algum modo, prestado relevantes serviços ao Estado de São Paulo e a seu povo".

A homenagem a Motta ocorre após o presidente da Câmara ante a decisão do parlamentar indicar Guilherme Derrite (PP) para a relatoria do projeto de lei antifacção, aprovado neste mês.

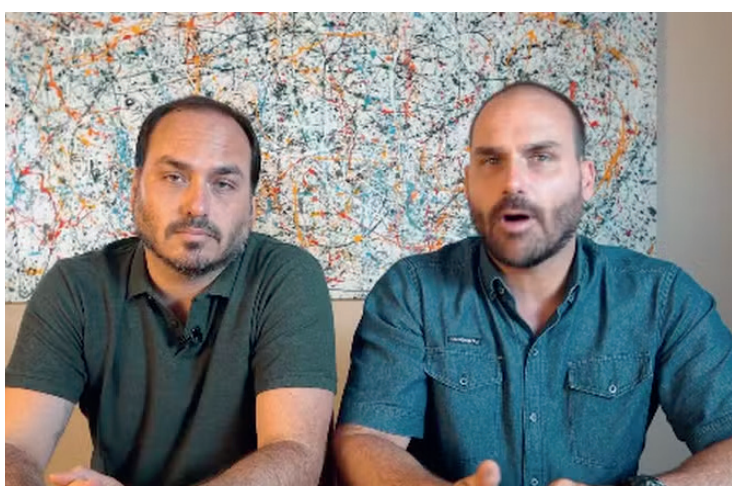
Derrite se afastou da Secretaria de Segurança Pública do governo paulista para retomar seu mandato de deputado federal e conduzir a aprovação da proposta.

A indicação criou atrito entre o presidente da Câmara e o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias, com quem Motta anunciou ter rompido relações. O petista, por sua vez, afirmou que a reação de Motta foi imatura. O presidente da Câmara vive momento de estremecimento com o governo Lula (PT) e deixou sua insatisfação clara ao deixar de ir à cerimônia de sanção da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5.000.

Derrite retornou ao comando da secretaria na metade de novembro, após relatar o PL Antifacção, mas volta ao Congresso nesta segunda-feira para se concentrar na campanha ao Senado em 2026.

Folhapress

## Eduardo e Carlos reagem a críticas de Michelle ao apoio do PL a Ciro no CE



A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) criticou neste final de semana o apoio do PL a uma eventual candidatura do ex-ministro Ciro Gomes (PSDB) ao governo do Ceará.

Ao participar do evento de lançamento da pré-candidatura do senador Eduardo Girão (Novo-CE) ao cargo de chefe do Executivo estadual, Michelle disse que houve uma precipitação na decisão de apoiar o ex-ministro, criticando o deputado federal André Fernandes (PL-CE), responsável por essa articulação.

"Homens que fazem alianças com o mal, entendendo que nós não podemos mais aceitar isso, chega. Eu não faço parte, se o meu presidente apoia outro candidato é ele, ele não me representa, ele não fala por mim. Eu sou presidente, tenho autonomia do meu movimento feminino que se tornou o maior da história, cabe a gente dar o direcionamento", disse a ex-primeira-dama.

"É sobre essa aliança que vocês se precipitaram em fazer. Adoro o André [Fernandes], passei em todos os estados falando sobre o orgulho que tenho dele, do Nikolas [Ferreira, deputado federal], do Carmelo [Neto, deputado estadual], da esposa dele que foi eleita, tenho orgulho de vocês, mas fazer aliança com um homem que é contra o maior líder da direita? Isso não dá! Isso não dá. Nós vamos nos levantar e nós vamos trabalhar para eleger o Girão", completou.A fala repercutiu nas redes sociais, fazendo com que os próprios filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), se pronunciassem sobre o assunto.

"Foi injusto e desrespeitoso" com André Fernandes, escreveu o deputado Eduardo Bolsonaro, alegando que o apoio a Ciro Gomes, foi uma posição firmada pelo próprio Bolsonaro.

"Não vou entrar no mérito de ser um bom ou mal acordo, foi uma posição definida pelo meu pai. André não poderia ser criticado por obedecer o líder", acrescentou.

CNN

# MEIO AMBIENTE

## Mapeamento inédito revela extensão de área livre de gelo na Antártica

No extremo sul do planeta, o Continente Antártico tem menos de 1% de seu território com áreas livres de gelo. Ao todo são 2,4 milhões de hectares, dos quais apenas 107 mil hectares são cobertos por vegetação ao longo do verão austral, revela o estudo Mapbiomas Antártica.

Considerada uma reserva natural internacional dedicada a fins científicos, essa é primeira vez que as áreas livres de gelo e coberturas verdes da Antártica são mensuradas.

A pesquisa foi desenvolvida por uma iniciativa cientifica brasileira, a partir de imagens de satélites associadas ao uso de algoritmos de machine learning e processamento em nuvem, devido ao grande volume de dados. Segundo a pesquisadora Eliana Fonseca, que coordenou o mapeamento, o interesse pela dinâmica natural do Continente Antártico se justifica tanto pela maior compreensão sobre os efeitos da mudança do clima no local, quanto pelos possíveis impactos globais.

"O mapa de áreas livres de gelo é essencial para o monitoramento da fauna do continente, pois os ninhos e o nascimento dos filhotes das espécies animais ocorrem nessas áreas durante o verão. O mapa de vegetação, por sua vez, fornece informações essenciais para avaliar a produtividade dos ecossistemas, permitindo monitorar as mudanças ambientais e regiões sensíveis"

Para estudar a flora do local, os pesquisadores puderam observar saúde e densidade da vegetação usando um indicador de sensoriamento remoto, calculado a partir das imagens de satélites.

"Durante o verão nas áreas livres de gelo crescem espécies de musgos, algas terrestres e gramíneas. Sobre as rochas ocorrem líquens, que podem ser observados não só nas áreas costeiras, mas também no interior do continente", disse Eliana Fonseca.

A partir do estudo, algumas similaridades nas vegetações da Antártica e do Brasil também foram observadas. "Os liquens, musgos e algas terrestres, são classificados como crostas biológicas dos solos, e são encontrados nos biomas brasileiros, em áreas de vegetação esparsas tais como nos solos dos biomas Pampa e Caatinga, mantendo a cobertura dos solos nas áreas onde os recursos ambientais são escassos.

Fabíola Sinimbú/ABR

## Iguá começa a tratar esgoto na Barra da Tijuca

A Iguá Saneamento inaugurou nesta segunda-feira (1º) a estação de tratamento de esgoto da Barra da Tijuca, obra que na prática retoma o processo de manejo de efluentes que estava havia anos interrompido na região sudoeste do Rio de Janeiro.

Com investimento de R$ 170 milhões, a concessionária modernizou a unidade que assumiu da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) em 2022, ampliando a capacidade de tratamento em 50%. A estação recebe os rejeitos da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e de outros 17 bairros da região, onde moram 1,2 milhão de pessoas.

Com o investimento na estação, a Iguá bateu a marca de R$ 1 bilhão investidos na concessão no Rio de Janeiro nos três primeiros anos. A empresa tem o compromisso de investir um total de R$ 2,7 bilhões na operação.

A obra da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) durou cerca de dois anos e foi alvo de um conflito entre a Iguá e a Agenersa (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro). Em agosto, a concessionária foi notificada sobre uma multa de R$ 124 milhões --da qual está recorrendo.

A agência disse ter identificado sete irregularidades na obra, incluindo paralisação indevida e ausência de tratamento adequado. Um dos motivos é que, durante a obra, a Iguá lançava esgoto não tratado direto no mar, via um emissário submarino, a cinco quilômetros da costa.

Na época, a Agernesa argumentou que a modernização da ETE poderia ser feita em etapas, evitando o despejo de esgoto não tratado. A Iguá argumenta que, quando assumiu a estação, identificou que ela estava praticamente inoperante, incapacitada de fazer o tratamento mínimo necessário. Por isso, não faria sentido escalonar a obra em fases em vez de fechar a estação. Na prática, não havia tratamento.

Folhapress

## Sociedade civil vê retrocesso grave em queda de vetos de PL Ambiental

Organizações da sociedade civil veem como um "retrocesso grave" a decisão do Congresso Nacional de derrubar 56 dos 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025), chamada pelos ambientalistas de "PL da Devastação".

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) diz, em nota, que a decisão do Congresso coloca em risco a vida de milhões de pessoas.

"Precisamos ser mais eficientes com licenciamento ambiental, mas jamais ao custo de insegurança e riscos atuais e futuros para a população. Será que os ilustres senadores não entenderam o recado que a natureza está nos dando? A COP30, em Belém, deixa claro que ultrapassamos limites. Temos que repensar nossa relação com nossos rios e florestas. E não é com um PL apressado e disfuncional que seremos mais harmônicos com o meio em que vivemos", diz André Guimarães, diretor executivo do IPAM.

O instituto entende que a nova lei desmonta a capacidade do Estado de prevenir e controlar danos ao meio ambiente e atropela o direito dos povos originários, que não serão consultados sobre empreendimentos que possam gerar impactos em seus territórios.

A nota também fala em desrespeito do Congresso ao povo brasileiro, que aumenta a possibilidade de um mundo hostil e instável no futuro em razão da crise climática. A lei pode aumentar o desmatamento e acelerar os chamados "pontos de não retorno" em todos os biomas brasileiros. Os ecossistemas nacionais estão em risco de colapso.

O Instituto Internacional Arayara diz que o Congresso negocia vidas, fragiliza a proteção socioambiental e inviabiliza o cumprimento das metas climáticas assumidas pelo Brasil na COP30.

"O Congresso virou as costas para o país, abriu a porteira e deixou a boiada passar. Não ouviu as manifestações da sociedade civil, das populações vulneráveis, desconsiderou estudos de cientistas e entidades ambientais. Jogou no lixo os principais avanços na legislação ambiental da história do país", diz um trecho da nota.

Rafael Cardoso/ABR

# PUBLICIDADE LEGAL

## Ibovespa inicia dezembro em baixa de 0,29%, aos 158,6 mil pontos

Após ter encerrado novembro da exata forma como havia fechado outubro, em máximas históricas em ambos os meses, o Ibovespa inicia dezembro acumulando ganho perto de 32% no ano, por enquanto a caminho de seu melhor desempenho desde 2016, quando escalou quase 39% (38,94%). Nesta segunda-feira, 1º de dezembro, o índice da B3 oscilou dos 158.029,48 até os 159.223,92 pontos, saindo de abertura aos 159.073,46 pontos. Ao fim, marcava 158.611,01 pontos, em baixa de 0,29%, com giro a R$ 22,0 bilhões. No ano, até aqui, o índice avança 31,86%.

Na B3, o desempenho negativo do setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, impôs-se aos carros-chefes das commodities, Vale (ON +0,77%) e Petrobras (ON +0,63%, PN +0,19%), favorecidos hoje pelo avanço do minério, na China, e do petróleo, em alta acima de 1%, em Londres e Nova York. Na ponta ganhadora do índice no fechamento, Eneva (+3,42%), WEG (+2,10%) e BB Seguridade (+1,47%). No lado oposto, MBRF (-5,02%), C&A (-4,28%) e CVC (-3,72%). Entre os bancos, as perdas ficaram entre 0,61% (BTG Unit) e 1,53% (Bradesco PN, na mínima do dia no fechamento).

"O calendário econômico dos EUA continua em segundo plano para os mercados, já que a maioria dos indicadores ainda está bastante defasada após o longo shutdown do governo federal entre outubro e novembro, por 43 dias, que represou a divulgação dos números. No entanto, o relatório de inflação PCE, ainda de setembro, na quinta-feira, se destaca, na agenda da semana, como potencial catalisador de mercado", diz Matthew Ryan, head de estratégia de mercado da Ebury. IstoÉDinheiro

## Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 – NIRE 35.300.054.547

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2025**

**Data, Hora e Local:** Aos 13/11/2025, às 10h, na sede da Companhia, em São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações da Ordem do Dia:** Conselho de Administração aprovou, por unanimidade e *ad referendum* da AGO, os créditos de Juros sobre o Capital Próprio referentes ao 3º trimestre de 2025. Valor total: R$ 10.173.019,34, conforme balanço de 01/07 a 30/09/2025. **a)** Data de pagamento será definida pela administração. Prazo limite: até 31/12/2026. **b)** Terão direito ao JCP os acionistas titulares de ações na data da deliberação. Observância da espécie e classe das ações e do Estatuto Social. **c)** Pagamento sem remuneração ou atualização monetária. Realizado no domicílio bancário informado pelo acionista. Valor líquido após retenção de 15% de IRRF, exceto para acionistas imunes ou isentos. **5.1.** Diretores autorizados a adotar todas as providências necessárias para execução das deliberações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 13/11/2025. **Mesa:** Lucas Santos Rodas – Presidente; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves – Secretário. **Conselheiros:** Lucas Santos Rodas; Paulo Zucchi Rodas; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves; Alexandre Gonçalves Silva; Mauricio Parolin Russomanno; Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 423.273/25-5 em 27/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Levitare – Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.

CNPJ/MF nº 52.604.311/0001-63 – NIRE 35.202.419.532

**DNA Consultoria em Gestão Empresarial Ltda.**

CNPJ/MF nº 63.701.558/0001-14 – NIRE 35.270.184.740

**JDN Consultoria em Gestão Empresarial Ltda.**

CNPJ/MF nº 63.701.518/0001-72 – NIRE 35.270.184.731

**Cisão Parcial**

Em 15/10/2025, os únicos sócios da **Levitare – Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.** ("**Levitare**"), inscrita no CNPJ sob o nº 52.604.311/0001-63 e com NIRE 35202419532, e os únicos sócios da **DNA Consultoria em Gestão Empresarial Ltda.** ("**DNA**"), inscrita no CNPJ sob o nº 63.701.558/0001-14 e com NIRE 35270184740, e da **JDN Consultoria em Gestão Empresarial Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 63.701.518/0001-72 e com seus NIRE 35270184731 ("**JDN**"), aprovaram a cisão parcial da Levitare com a versão da parcela cindida do seu patrimônio líquido para a DNA e JDN, que resultou (i) na redução do capital social da Levitare em R$ 4.058.344,00, passando de R$ 46.230.000,00, para R$ 42.171.656,00; (ii) na subscrição e integralização do capital social da DNA no valor de R$ 2.029.172,00; e (iii) na subscrição e integralização do capital social da JDN no valor de R$ 2.029.172,00. Como resultado da cisão parcial, a DNA e a JDN sucedem a Levitare somente nos direitos e obrigações correspondentes à parcela cindida a ela transferida. Os documentos relativos à cisão da Levitare e incorporação da parcela cindida pela DNA e JDN foram registrados na JUCESP em 17/11/2025, sob nºs 394.292/25-0, 3527018474-0 e 32.270.184/73-1, respectivamente, todos com data dos efeitos em 15/10/2025.

## Ellan S/A

CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 – NIRE 35.300.436.784

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

São convidados os senhores acionistas da Ellan S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 15 horas do dia 08/12/2025, na sede social, na Rodovia SP 115/280, Km 3,2, Parque das Árvores, Boituva-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Proposta da Diretoria sobre os dividendos do exercício de 2025 e dividendos do exercício de 2011. Boituva, 28/11/25. **Stefan Roberto Stegmann**-Diretor Presidente. (28, 29/11 e 02/12/2025)

## Joycar Locadora Ltda.

CNPJ/MF nº 15.081.544/0001-00 - NIRE 3522625702-8

**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, Horário e Local:** Aos 01 dia do mês de Dezembro de 2025, às quatorze horas, na sede da Sociedade, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Vicente Pinzon, 54, Bairro Vila Olimpia, CEP 04.547-130. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos sócios da Sociedade, conforme facultado pelo disposto no § 2°, do artigo 1.072, da Lei n° 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"). **3. Mesa**: Presidente: Rafael Taube; Secretária: Renata Moritz. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. **5. Deliberações:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, os Sócios aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, a redução do capital social da Sociedade em R$1.000.000,00 (um milhão de reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.000.000,00 (um milhão de reais) de quotas representativas do capital social da Sociedade detidas pela sócia Renata Moritz. O valor decorrente da referida redução será restituído, em dinheiro, para a sócia Renata Moritz. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 (noventa) dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 (noventa) dias, os Sócios deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. São Paulo, 01 de Dezembro de 2025. **Rafael Taube** - Presidente; **Renata Moritz** - Secretária.

## Masiero Industrial S.A.

CNPJ nº 50.751.643/0001-45

**Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social em Jaú-SP, na Rodovia Jaú-Dois Córregos, Km 06, no dia 12 de dezembro de 2025, às 18:00 (dezoito) horas, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação demonstrações financeiras/2024; **b)** Destinação Reservas de Lucros; **c)** Aprovar sobre a distribuição de lucros e dividendos, previsto no PL 1.087/2025; e **d)** Outros assuntos de interesse. **Paulo Brasil Masiero,** Diretor Superintendente. (02, 03 e 04/12/2025)

## Compromisso Assessor de Investimento Ltda.

CNPJ/MF nº 19.141.315/0001-87 – NIRE 35.233.819.541

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam os Srs. Sócios da **Compromisso Assessor de Investimento Ltda**, em atendimento ao Contrato Social da Sociedade e Cláusula 14.2.2 do Acordo de Sócios, bem como, nos exatos termos do artigo 1.071 e seguintes do Código Civil, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, a realizar-se em 09/12/2025, de forma virtual (via plataforma Microsoft Teams por meio do link: https://teams.live.com/meet/9351147509805?p=38806ZNSRimEykqTCN, às 17 horas, em primeira convocação e, às 17:30 horas, em segunda convocação, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de 3/4 (três quartos) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do Artigo 1.074 do Código Civil, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** Deliberar pela exclusão extrajudicial por justa causa do sócio **Rodrigo de Macedo Tonelli**, nos termos das Cláusulas 14.2 e 14.2.1, alínea (a), (c), (d), (e), (i) e (l) do Acordo de Sócios vigente, assim como do artigo 1.085 do Código Civil; (ii) Deliberar sobre a apuração dos haveres do sócio excluído, nos termos da Cláusula 14.2.4 do Acordo de Sócios, pelo Valor Nominal das quotas, e demais compensações e deduções aplicáveis conforme o Acordo de Sócios; e (iii) Aprovação da alteração do Contrato Social em decorrência da exclusão do sócio. São Paulo, 26/11/2025. **Alexandre da Costa e Silva Faizibaioff** – Administrador (27, 28/11 e 02/12/2025)

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ/MF nº 55.198.181/0001-02 – NIRE 35.300.647.807

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 31/10/2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Barão de Paranapiacaba, nº 233, 20º andar, Encruzilhada, Santos/SP. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Marco Antonio Salvoni; Secretário: Sr. Nei Moreira Junior. **3. Ordem do Dia**: Deliberar acerca da aprovação para celebração do Termo Aditivo Modificativo (TAM), encaminhado pela ARTESP, referente à isenção tarifária em comunidades no entorno do Pórtico 4, bem como à isenção integral dos Pórticos 6 e 7, e aos mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, tudo conforme Processo SEI nº 134.00035880/2025-31. **4. Deliberações:** Foi apresentada aos Conselheiros a minuta do Termo Aditivo Modificativo (TAM) enviada pela ARTESP, que prevê isenção tarifária para comunidades próximas ao Pórtico 4 e isenção total nos Pórticos 6 e 7, além de regras para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A Diretoria apresentou relatório com o histórico das tratativas realizadas com a Agência, incluindo contribuições da Companhia e o posicionamento final da ARTESP no processo administrativo (Processo SEI nº 134.00035880/2025-31). **5. Aprovação:** Em conformidade com o Estatuto Social, o tema foi submetido ao Conselho de Administração, que aprovou por unanimidade a celebração do Termo Aditivo Modificativo 01/2025 ao Contrato de Concessão nº 0540/ARTESP/2024, autorizando a Diretoria a executar todos os atos necessários para formalização do aditivo junto à ARTESP. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Santos, 31/10/2025. **Mesa: Marco Antonio Salvoni** – Presidente; **Nei Moreira Junior** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 423.442/25-9 em 27/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - Companhia Aberta

**Cancelamento da Convocação Realizada em 27 de novembro de 2025 e novo Edital de Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

A **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.** ("Companhia" ou "Emissora") na qualidade de emissora das debêntures objeto da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, por meio do presente: (A) cancelar a Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (Oitava) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, Da Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S.A. ("Debenturistas"), publicada em 27.11.2025, 28.11.2025 e 29.11.2025 no Data Mercantil ("Edital Anterior"); e (B) realizar nova Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (Oitava) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, Da Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S.A., **a ser realizada em 23 de dezembro de 2025, às 11 horas,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") por meio de sistema eletrônico *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"), cujo link de acesso será encaminhado aos Debenturistas que se habilitarem validamente, nos termos deste Edital, a fim de deliberar sobre: **Considerando Que:** (I) após a publicação do Edital Anterior houve questionamento dos Debenturistas; (II) a Emissora deseja esclarecer alguns aspectos da Venda Forçada (conforme definida abaixo); (III) à época da realização da Emissão, foi informado aos Debenturistas que Furnas havia ingressado com arbitragem objetivando exercer a preferência para aquisição da totalidade da participação detida pela Juno Participações e Investimentos S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o n° 18.252.691/0001-86 ("Juno") na Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá") e na CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A., correspondente a 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) do capital social de cada companhia ("Arbitragem Furnas"); (IV) o "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.*", celebrado em 25 de março de 2022, entre a Companhia, na qualidade de Emissora, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n° 03.014.553/0001-91 ("TPI"), a Brvias Holding Tbr S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.347.081/0001-75 e a Juno e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 15.227.994/0004-01, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), conforme aditada ("Escritura de Emissão") previu mecanismo de Amortização Extraordinária Obrigatória em caso de "***venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tijoá ou das Ações Alienadas Fiduciariamente da Juno, incluindo, mas não se limitando a eventual venda forçada"; e*** (V) os contratos de garantia da Emissão preveem "*Os recursos depositados na Conta Vinculada da Juno decorrentes dos Direitos Creditórios da Venda das Ações da Tijoá, após a realização dos procedimentos previstos nas Cláusulas 3.1.1.2 e 3.1.1.3 acima, deverão ser utilizados para realização da amortização extraordinária obrigatória das Debêntures TBR, nos termos da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão TBR.*". sendo a definição de "Direitos Creditórios da Venda das Ações da Tijoá" "*a totalidade dos recursos que venham a ser devidos à Alienante em razão de eventual venda das Ações Alienadas Fiduciariamente, incluindo, mas não se limitando,* ***a eventual venda forçada das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou dos Ativos Adicionais para a Furnas em decorrência de decisão favorável à Furnas no âmbito da Arbitragem ou qualquer decisão judicial favorável à Furnas com o mesmo objeto***". (VI) em decisão proferida pelo Tribunal Arbitral, no âmbito do procedimento arbitral CCBC 36/2021/SEC6, foi deferido o pedido de Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras ("Axia"), de concessão de tutela específica do direito de preferência previsto nos acordos de acionistas da Tijoá, determinando-se que Juno pratique os atos necessários à alienação, em favor da Axia, das ações de sua emissão e de propriedade da TPI ("Decisão Arbitral" e "Venda Forçada"); (VII) a Decisão Arbitral caracteriza-se **como hipótese de venda forçada das Ações Alienadas Fiduciariamente**, nos termos previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia Juno; (VIII) após a Decisão Arbitral, Axia e TPI travaram disputadas acerca do valor da venda das ações e que recentemente chegaram a um entendimento sobre referido valor, de modo a encerrar a disputa, no melhor interesse de todos, inclusive da Emissora; (IX) a Venda Forçada implica a transferência do controle societário da Juno e da Tijoá para o(s) novo(s) acionista(s); (X) o mecanismo da Amortização Obrigatória prevê que o cronograma de amortização deve ser alterado para contemplar o valor da Amortização Extraordinária ("Alteração do Cronograma de Amortização"); (XI) apesar de a Escritura prever o mecanismo de Amortização Extraordinária e não obstante ser uma consequência natural da Venda Forçada, a Emissora deseja realizar a presente AGD visando atribuir conforto às Partes com relação à liberação das garantias, bem como assegurar que o pagamento da Amortização Extraordinária seja feito nos moldes previstos na Escritura e demais documentos da emissão. (XII) em caso de cumprimento dos Índices Financeiros, a Escritura de Emissão prevê que "*o montante mínimo de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo esse valor corrigido pela variação positiva do IPCA desde a presente data*" deve ser destinado à Amortização Extraordinária; (XIII) a Emissora, com base nas Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2025 utilizou a mesma metodologia aplicada no cálculo dos últimos Índices Financeiros e comprovou o cumprimento de seu Índice Financeiro; (XIV) a Emissora deseja realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória e aplicar o montante de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) obtido com a Venda Forçada, corrigido pela variação positiva do IPCA desde a Data de Emissão, nos termos da Escritura de Emissão, proveniente da Alienação ("Valor da Amortização") na Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures; (XV) a Emissora deseja que o cumprimento do previsto nos documentos da Emissão e na Decisão Arbitral seja realizado com absoluta segurança jurídica para todas as Partes; **Matérias Objeto da Deliberação:** (i) autorização para liberação, sob Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) ("Liberação das Garantias"): (a) da Fiança (conforme definida na Escritura de Emissão) outorgada pela Juno em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definida na Escritura de Emissão) ("Fiança Juno"), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) a Juno deixará de ser parte da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e todas as obrigações lá previstas com relação, exclusivamente, à Juno perderão a sua validade e eficácia, de forma automática; (b) da totalidade das obrigações e garantias outorgadas pela Juno no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aquelas assumidas e/ou outorgadas no âmbito da Escritura de Emissão e do "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças*", celebrado entre a Juno, Tijoá, o Agente Fiduciário, entre outros, relativo à alienação fiduciária das ações de emissão da Tijoá, conforme aditado pelo primeiro e segundo aditamento ("Contrato de Garantia Juno"), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) o Contrato de Garantia Juno perderá a sua validade e eficácia, de forma automática e todas as obrigações previstas nos documentos da Emissão relativas à Tijoá perderão a sua validade e eficácia, de forma automática; e (c) da totalidade das garantias da TPI e da Mercúrio outorgadas, exclusivamente, no âmbito do "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária Sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças*", celebrado entre a TPI, a Mercúrio, o Agente Fiduciário, entre outros, relativo à alienação fiduciária das ações de emissão da Juno, conforme aditado pelo primeiro e segundo aditamento ("Contrato de Garantia TPI e Mercúrio"), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) o Contrato de Garantia TPI e Mercúrio perderá a sua validade e eficácia, de forma automática; e Se aprovados os itens acima: (i) a Juno será, sob Condição Suspensiva, liberada da condição de garantidora da Escritura de Emissão, bem como, após o implemento da Condição Suspensiva, as ações de sua emissão e de emissão da Tijoá e os ativos de sua propriedade e/ou posse não figurarão mais como garantias no âmbito da Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia Juno e do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio ("Garantias"); e (ii) o Agente Fiduciário deverá assinar, sob Condição Suspensiva, o termo de liberação das garantias acima descritas na data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a "Condição Suspensiva" será a realização do fechamento da Venda Forçada descrita no item (i) acima e será considerada implementada simultaneamente à transferência da totalidade das ações de emissão da Juno para o comprador, sendo que a Emissora e/ou o(s) novo(s) acionista(s) da Juno poderão notificar o Agente Fiduciário acerca da implementação da Condição Suspensiva, e tal notificação será válida para fins da verificação da Condição Suspensiva pelo Agente Fiduciário. O termo de liberação deverá prever ainda a mais ampla, irrevogável e irretratável quitação para a Juno e a Tijoá em relação a toda qualquer obrigação da Juno e da Tijoá, presente, passada e futura, no âmbito das Debêntures. (ii) caso aprovados os itens acima, a alteração do cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures previsto na Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão, de modo que a tabela de amortização prevista na Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão seja ajustada para incluir uma nova parcela de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures em montante equivalente ao Valor da Amortização, sendo que tal amortização deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada ("Alteração do Cronograma de Amortização"); (iii) caso aprovado os itens acima, aditamento à Escritura de Emissão a fim de excluir as **Cláusulas** 6.2 e 6.3 da Escritura de Emissão, sendo que tal aditamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada; (iv) caso aprovados os itens acima, nos termos da Cláusula 3.1.2(a)(a.2) do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio, autorização para, após o cálculo do valor da correção do Valor da Amortização (conforme correção prevista na Escritura de Emissão) pelo Agente Fiduciário, e desde que não esteja em curso um Evento de Retenção, transferência do excedente do Valor da Amortização corrigido para a Conta de Livre Movimentação, em até 1 (um) Dia Útil do cálculo acima pelo Agente Fiduciário, sendo que a liberação para a Conta Vinculada do valor excedente não deverá ser posterior ao prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada; e (v) a **concessão** de autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinem todos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens anteriores, incluindo, a assinatura e o registro de termo de liberação, sob Condição Suspensiva, das Garantias, bem como as respectivas averbações nos livros societários aplicáveis; e aditamento à Escritura de Emissão o qual deverá ser celebrado em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada. A Companhia ressalva que, a prévia submissão para deliberação das matérias constantes na Ordem do Dia da Assembleia Geral de Debenturistas não representa novação ou renúncia aos direitos da Companhia previstos nos Documentos da Emissão, tal como previsto em tais documentos. As matérias objeto da ordem do dia devem ser aprovadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). A Assembleia será exclusivamente por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Companhia àqueles Debenturistas habilitados que enviarem aos endereços ri@triunfo.com e agentefiduciario@vortx.com.br; jsc@vortx.com.br, impreterivelmente, **em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas.** Nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM 81, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas ("Instrução de Voto à Distância"), conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website https://www.triunfo.com/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo, o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@triunfo.com e agentefiduciario@vortx.com.br; jsc@vortx.com.br, preferencialmente, **em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas.** A Instrução de Voto à Distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista, ou por seu representante legal (sendo admitida a assinatura digital), e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do Debenturista. Mesmo após o eventual envio de Instrução de Voto à Distância, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua Instrução de Voto à Distância previamente enviada desconsiderada. O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos. As instruções gerais para participação na Assembleia Geral de Debenturistas, bem como os documentos atinentes à Ordem do Dia, inclusive o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede da Companhia, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (https://www.gov.br/cvm/); (ii) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Companhia e (iv) do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/investidor). Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado atribuído na Escritura de Emissão e nos Editais. 02 de dezembro de 2025. **Paulo Roberto Hanke,** Diretor de Relações com Investidores. (02, 03 e 04/12/2025)

# FINANÇAS

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,3463 / R$ 5,3469 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,3565 / R$ 5,3585 *
Turismo - R$ 5,3778 / R$ 5,5578

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,44%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,29%
Pontos: 158.611
Volume financeiro: R$ 22,006 bilhões
Maiores altas: Eneva ON (+3,22%), WEG ON (+2,12%), Bradespar ON (+1,49%)
Maiores baixas: Marfrig ON (-7,66%), C&A ON (-3,89%), TIM ON (-3,67%)
S&P 500 (Nova York): -0,53%
Dow Jones (Nova York): -0,9%
Nasdaq (Nova York): -0,38%
CAC 40 (Paris): -0,32%
Dax 30 (Frankfurt): -1,04%
Financial 100 (Londres): -0,18%
Nikkei 225 (Tóquio): -1,89%
Hang Seng (Hong Kong): 0,67%
Shanghai Composite (Xangai): 0,65%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,1%
Merval (Buenos Aires): 1,12%
IPC (México): -0,05%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Outubro 2024: 0,56%
Novembro 2024: 0,39%
Dezembro 2024: 0,52%
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%

## Dólar sobe e fecha perto de R$ 5,36 com pressão de remessas

Depois de oscilações contidas pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde e encerrou esta segunda-feira, 1º, em alta de 0,46%, a R$ 5,3593, após máxima a R$ 5,3613. Operadores atribuíram o tropeço do real a um aumento da procura pela moeda americana no mercado local para envio de recursos ao exterior, como lucros e dividendos.

O diretor da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, avalia que, passada a rolagem de contratos futuros na virada do mês, já se verifica uma demanda maior por "dólar spot" para as remessas de fim de ano. "Prova disso é a abertura do cupom cambial curto. Essa pressão deve durar o mês todo, mas não vejo uma alta muito grande do dólar", afirma o tesoureiro, ressaltando que o Banco Central tende a intervir.

A perspectiva de analistas ouvidos pela Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, é que o BC possa, além de rolar linhas existentes, promover oferta de novas linhas com compromisso de recompra. Estaria no radar também a realização de oferta conjunta de dólar à vista com swap cambial reverso, operação apelidada de "casadão".

Pela manhã, em evento da XP, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, voltou a defender o regime de câmbio flutuante e repetiu que a autarquia intervém no mercado de câmbio apenas em casos de "disfuncionalidade".

Lá fora, o índice DXY – que mede o desempenho do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes – operava em ligeira queda no fim da tarde, ao redor dos 99,400 pontos. Entre indicadores, o índice de atividade industrial (PMI, na sigla em inglês) dos EUA, elaborado pelo Instituto para Gestão da Oferta (ISM, na sigla em inglês), caiu para 48,2 em novembro, ante 48,7 em outubro. A expectativa era de alta a 49,2.

IstoÉDinheiro

## Criptomoedas: bitcoin perde mais de 7% e renova menor preço desde abril, com sentimento frágil

O bitcoin e outras criptomoedas importantes caíram no fim da tarde desta segunda-feira, em dia de piora no sentimento de risco, enquanto o mercado reage às notícias de que a China vai endurecer o combate contra as negociações com criptomoedas. O movimento levou o bitcoin ao o menor nível desde o mês de abril, segundo gráfico da Binance.

Por volta das 17 horas (em Brasília), o bitcoin registrava perdas de 7,37%, a US$ 85.303,01 e o ethereum caía 10%, a US$ 2.748,81, de acordo com a plataforma Coinbase. Conforme o Wall Street Journal, esta é a maior queda porcentual do bitcoin desde março deste ano.

A principal criptomoeda já operava em queda acentuada desde a madrugada, mas intensificou o movimento após a abertura dos mercados – que também começaram o dia com sinal negativo. Com as perdas de hoje, o bitcoin praticamente devolveu os ganhos registrados na semana passada, de cerca de 8%.

"O bitcoin mostra tendência de baixa no curto prazo. Isso sinaliza um pessimismo crescente entre os investidores e indica uma queda ainda maior", apontam analistas do Investtech, em linha com a aversão a risco observada também no mercado acionário dos Estados Unidos.

Intensificando a deterioração do sentimento, o Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) apontou que deve ampliar o combate à negociação das criptomoedas, destacando que elas não possuem "status legal" e que não podem ser utilizadas "como moeda na circulação de mercado".

O Bitfinex, porém, afirma que o mercado cripto dá sinais de estabilização das perdas e "exaustão vendedora" diante de desalavancagem e capitulação entre investidores de curto prazo.

No noticiário corporativo, as reservas da Strategy chegaram a 650 mil bitcoins, enquanto a desvalorização da criptomoeda levou a empresa a revisar guidance para 2025.

IstoÉDinheiro

Publique no Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

# NEGÓCIOS

## A estratégia que levou o Grupo Rão a ser referência em delivery e faturar R$ 220 mi

Quando Guilherme Lemos entrou pela primeira vez na pequena cozinha onde o irmão Henrique começava um negócio de comida japonesa em 2013, sua reação foi uma só "Pensei que não tinha como aquilo dar certo. Era muito feio, muito improvisado em um espaço em Botafogo (RJ)", lembra o hoje CEO do Grupo Rão.

Henrique, porém, enxergava o que ninguém mais via. "Meu irmão sempre foi mais empreendedor do que eu. Ele via algo onde eu só via problema."

Sem capital, com apenas R$ 40 mil emprestados da sogra e "pagos em três meses", Henrique criou, sem saber, um dos primeiros modelos brasileiros de operação focada exclusivamente em delivery, muito antes da popularização do termo "Dark Kitchen".

"Na época nem existia iFood. A gente recebia pedido por Facebook e telefone. Aceitava cheque", conta aos risos Guilherme.

O CEO participou do programa Do Zero ao Topo e contou um pouco da trajetória do Grupo Rão, que hoje, já conta com 20 marcas e mais de 200 unidades distribuídas em 10 estados e em Portugal.

A sacada inicial foi reduzir custos para "democratizar" o consumo de comida japonesa. "O japonês era caro. Meu irmão decidiu que dava para comer sushi duas, três vezes por semana se cortasse todos os custos de sala, garçom, taxa de cartão", conta Guilherme.

A fórmula funcionou e isso chamou atenção do CEO, que até então, ainda trabalhava em banco. Em menos de dois anos, o modelo se replicou. Guilherme abriu a segunda unidade; outros sócios abriram a terceira, quarta e quinta. Mas faltava estrutura."A franqueadora não existia. Era tudo meio família-amigo. Precisávamos profissionalizar", conta.

Foi quando surgiu a Sushi Rão Holding, dando início a um processo de formalização.

Hoje, o grupo opera com conselho, divisões claras e governança consolidada. Guilherme lidera o foodservice, enquanto o irmão toca o conselho e a expansão internacional.

Infomoney

## Inteligência artificial vira arma de ataque e defesa na cibersegurança corporativa

A inteligência artificial virou aliada e ameaça ao mesmo tempo na rotina das empresas. Se, de um lado, amplia a capacidade de proteção contra ataques digitais, de outro, colocou um novo risco no radar de segurança: o uso descontrolado de ferramentas de IA pelos próprios funcionários, que podem expor dados sensíveis sem nem perceber. O problema é o potencial de gerar vazamentos, multas e até parar operações inteiras.

Na visão de Cláudio Martinelli, diretor executivo para Américas da Kaspersky, empresa global de segurança digital e privacidade, o problema começa quando a empresa olha apenas para o "inimigo externo" e esquece o que acontece dentro de casa.

"Enquanto os diretores de segurança digital se preocupam com grandes ataques de criminosos baseados em inteligência artificial, falta um pouco de atenção ao que seus próprios funcionários estão fazendo com essas ferramentas", alerta Martinelli.

O exemplo é simples e atual: o colaborador que sobe para um gerador de relatórios em IA toda a base de vendas dos últimos anos, com preços, clientes e condições comerciais, para agilizar uma apresentação.

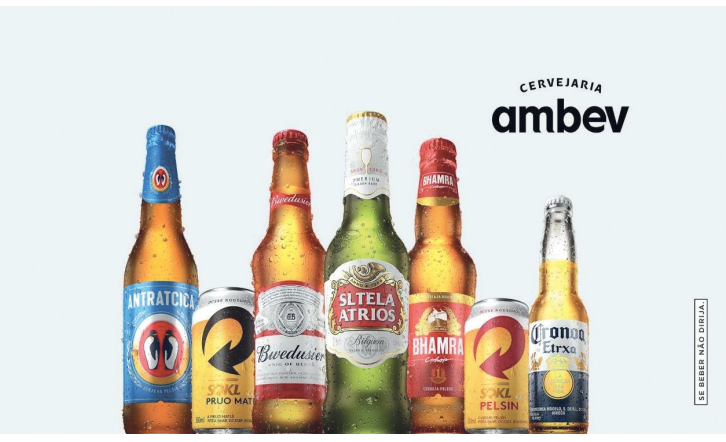
A ferramenta entrega o PPT, mas, daquele ponto em diante, essas informações passam a fazer parte do "bolo de dados" da IA, acessível a quem souber perguntar. "Deste momento para frente os seus dados já estão públicos nessa inteligência artificial e você está, de maneira automática, dispondo de segredos corporativos", diz o diretor.

Esse tipo de comportamento entra no que as empresas chamam de shadow IT: o uso, por funcionários, de aplicativos e serviços não homologados – muitas vezes no celular pessoal – para trabalhar com dados corporativos.

Martinelli comenta que é um movimento que lembra o começo da pandemia, quando cada time escolhia seu próprio mensageiro ou plataforma de videoconferência, sem padronização ou política clara.

Infomoney

## Ambev acelera produção de cerveja premium em MG após aporte de R$ 1,3 bi




A Ambev inaugura nesta segunda-feira (1º) novas linhas de envase na sua fábrica de Uberlândia (MG) que demandaram investimento de R$ 1,3 bilhão e vão ajudar a dobrar a produção de rótulos do segmento premium e "core plus", como Stella Artois, Corona, Spaten, Original e Budweiser.

Com o aporte, que segundo a companhia se trata de um dos maiores investimentos em uma fábrica criada do zero pela empresa, o número de linhas de envase industrial passou de três para cinco, sendo três para garrafas e duas para latas. Desde a inauguração em 2016, a unidade recebeu R$ 2 bilhões.

A fábrica de Uberlância é uma das cervejarias com maior volume de produção de cervejas premium do país e abastece nove estados, de acordo com a Ambev, que não divulgou a capacidade de produção da unidade. A instalação emprega 520 funcionários próprios e 335 parceiros.

No começo do mês, o Grupo Heineken inaugurou uma fábrica, também em Minas Gerais, na cidade de Passos, após investimento de R$ 2,5 bilhões e dois anos e meio de obras, dentro de estratégia para avançar sobre o mercado de cervejas de maior qualidade no país.

Em Minas Gerais, a Ambev possui cinco unidades industriais, entre cervejaria, produção de refrigerantes e fábrica de latas, localizadas em Contagem, Juatuba, Sete Lagoas e Uberlândia. Em todo o país, são 35 instalações produtivas, sendo 24 cervejarias.

A Ambev afirma que investiu mais de R$ 10 bilhões no Brasil nos últimos três anos para expandir linhas de produção de cervejas, refrigerantes e embalagens.

CNN